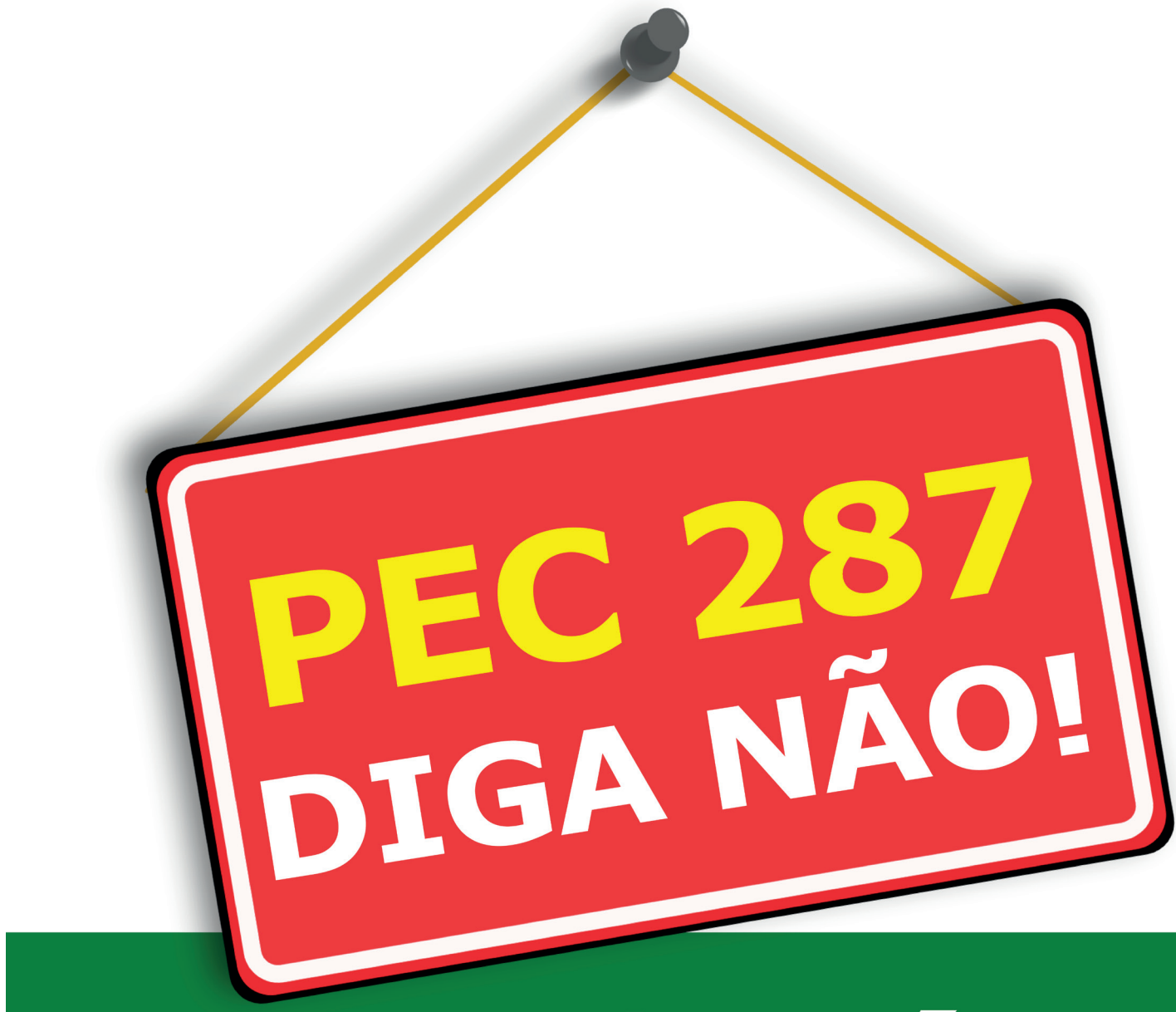
Expressão Universitária
Ano 7 Número 82-Abril/2017
www.sinsepes.org.br
Uma publicação do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau

"O MAIS ASSUSTADOR É QUE, MESMO DEPOIS DE SEIS MESES DA APROVAÇÃO DA MP 746, A GRANDE MAIORIA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EM SANTA CATARINA ESTÃO AMORFOS, CATATÔNICOS, DESORGANIZADOS E INCRÉDULOS."
ANA ZULTANSKI - PROFESSORA
AO MESTRE COM CARINHO
PÁGINAS 10 E 11

"O APARENTE CONTEXTO DEMOCRÁTICO ESTÁ PERMEADO POR SITUAÇÕES DE EXCEÇÃO COM O USO DE DIVULGAÇÃO MIDIÁTICA DE ESCUTAS TELEFÔNICAS ILEGAIS, CONDUÇÃO COERCITIVA, INCENTIVO À DELAÇÃO E AMPLA SELETIVIDADE NA CONDUÇÃO DE PROCESSOS JUDICIAIS."
VALMOR SCHIOCHET- DOUTOR EM SOCIOLOGIA E PROFESSOR DA FURB
CONTEXTO POLÍTICO: REAÇÃO E CONTRARREFORMAS
PÁGINA 12

"ME TORNO MULHER E SOCIÓLOGA A CADA DIA. COMO TAL, POSSO OLHAR PARA O PASSADO E NÃO PRECISO ACEITÁ-LO COMO FOI".
LUCIANA BUTZKE - DRA EM SOCIOLOGIA E PROFª DO DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA FURB
CIÊNCIA E SOCIOLOGIA - SUBSTANTIVOS FEMININOS
PÁGINA 4



Não é REFORMA. É o fim da PREVIDÊNCIA.

A DISCUSSÃO DE GÊNERO NAS ESCOLAS E UNIVERSIDADES
KARLA LÚCIA BENTO - PROFESSORA **TRIUNVIRATO** **PÁGINA 13**

AS REFORMAS, A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E O AUMENTO DA EXPLORAÇÃO
NELSON GARCIA SANTOS- PROFESSOR E CIENTISTA SOCIAL **SOBRE AS REFORMAS** **PÁGINA 8**

COMO PREVENIR O ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO?
CRISTIANE BUDDE - PROFESSORA E PSICÓLOGA **PRESSÕES NO AMBIENTE DE TRABALHO** **PÁGINA 9**

EDITORIAL

A ATENÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA

O primeiro período da infância tem ganho mais relevância em diversos estudos dessa tem consequências posteriores para o restante da vida. O número de acesso dos menores de quatro anos a creches públicas e privadas foi exposto na pesquisa divulgada no ano passado pelo IBGE. O acesso ainda é baixo, cerca de 30% da população, e o Brasil tem como meta no PNE - Plano Nacional da Educação - alcançar 50% de cobertura até 2024.

Uma meta que é cara nesse sentido pois envolve uma estrutura de cuidados a ser criada. Mas algumas coisas têm que ser bem compreendidas pelos gestores de políticas públicas. Uma delas é que o perfil da maioria das famílias cujos filhos estão em creches abaixo dessa idade ainda são os de maior renda em relação ao perfil dos que estão fora da creche. As crianças das famílias 25% mais ricas já chegaram lá. A cobertura nesse grupo atingiu 51,2% em 2014. Isso até poderia já ser esperado, mas o fato novo é que essa desigualdade do acesso tem aumentado nos últimos anos e não diminuído.

O mais grave constatado na pesquisa é que as crianças já vêm com muita diferença de aprendizado quando ingressam na escola. Diferenças desde o vocabulário, percepção e raciocínio, diferenças que a ciência já descobriu, são geradas ainda no berço. Os filhos de pais pobres e pouco escolarizados já saem em desvantagem, o que não tem nada a ver com o seu mérito. Muitos pais querem ajudar, mas não sabem como. Uma solução para isso é dar o atendimento prioritário a começar pela creche nos anos iniciais. O que não está acontecendo.

No Brasil, por lei, é obrigatória a matrícula de crianças e jovens dos quatro aos 17 anos em escolas, não importa se o pai queira ou não. É obrigatório. No caso da creche, esse direito é garantido apenas para os pais que a procuram. Do pré-natal ao programa da primeira infância, dos zero a três anos, o investimento na educação infantil é um drama para a grande maioria das cidades.

Os estudos indicam que investir na primeira infância aumenta a renda presente e futura, diminui o desemprego, reduz a taxa de reprovação e a taxa de abandono e até outros efeitos indiretos como diminuir o envolvimento de jovens com o crime.

O professor James Heckman, Nobel de Economia de 2000 é um dos principais nomes da área em assuntos sobre a primeira infância. A Equação Heckman, como é chamada sua teoria, mostra como quatro fatos essenciais para a construção do capital humano que proporcionará o sucesso econômico de um país: 1) inteligência e habilidades sociais são desenvolvidas em idades precoces; 2) o investimento na primeira infância produz os maiores retornos em termos de capital humano; 3) a vantagem do país virá da ajuda aos menos favorecidos 4) os investimentos em crianças pequenas têm potencialmente um grande impacto econômico porque são a base sobre a qual todos os outros conhecimentos são construídos.

> **“ O que fazer nesse meio caminho, com uma crise fiscal de estados e municípios sem creches suficientes? A alternativa são os programas de visitação periódica a famílias de baixa renda e programas da primeira infância já são testados desde os anos 60 em países como os EUA, Jamaica, Equador, Paquistão e mais recentemente no Peru**

Estima-se um retorno de US$7 para cada US$1 investido nessa fase da vida. Portanto, uma principal fonte de desigualdade de oportunidades já é gestada nas deficiências dos cuidados na primeira infância. Segundo ele mesmo afirma, 219 milhões de crianças com menos de cinco anos em países de renda média e baixa correm o risco de não se desenvolver plenamente. Quando adultos, elas terão uma renda inferior entre 8% a 19%.

A neurociência comprova que nos primeiros meses e anos de vida ocorre o período mais ativo quando 700 a 1000 novas conexões neurais são formadas por segundo. São bilhões de ligações que permitem a rápida comunicação entre as várias partes do cérebro cada uma com sua função. Os processos mentais dependem da comunicação e do estímulo entre o córtex pré-frontal e as outras regiões do cérebro. Crianças estimuladas adequadamente desde o nascimento têm melhor arquitetura cerebral. Elas já usam funções executivas de forma primária por volta de três anos. Se ela ficar passiva na frente de uma TV provavelmente encontrará mais problemas na escola.

O que fazer nesse meio caminho, com uma crise fiscal de estados e municípios sem creches suficientes? A alternativa são os programas de visitação periódica a famílias de baixa renda e programas da primeira infância já são testados desde os anos 60 em países como os EUA, Jamaica, Equador, Paquistão e mais recentemente no Peru, que já apresentaram resultados significativos no desenvolvimento dos adultos com o aumento médio da renda dos grupos, redução da exclusão social e criminalidade.

Na mesma linha, o programa Criança Feliz espera chegar aos municípios no Brasil. Há experiências em curso desde 2003 como os *Primeira Infância Melhor* - Rio Grande do Sul, que atende mais de 60.000; *Mãe Coruja* – em Pernambuco e *Primeira Infância Ribeirinha* – Amazonas. São programas de acompanhamento à gestante, visitas domiciliares de pessoas treinadas para orientar e estimular o desenvolvimento infantil, junto às famílias em situação de vulnerabilidade.

Paralelo a isso, o que o que se configura pós consolidação do ensino superior é um novo ciclo de investimentos dos grupos de educação privada, que se voltam para a educação básica - um setor muito pouco concentrado – os cinco maiores grupos educacionais não têm 5% do total, enquanto na educação superior isso já chega a 37%. Segundo um relatório do grupo *Somos Educação,* são 40 mil escolas privadas de ensino básico existentes no Brasil cuja receita corresponde a cerca de R$ 51,3 bilhões com 49,8 milhões de estudantes em um ciclo de 12 anos. No ensino superior, são 2 mil instituições de ensino superior privadas, com receita de R$ 33 bilhões, 7,9 milhões de estudantes em um ciclo médio de estudo de quatro anos. O Brasil é um país de muitos gargalos ainda mal resolvidos, mas o espaço para aumentar o acesso ao ensino superior ainda é grande para os próximos anos.

PARTICIPE DO EXPRESSÃO! ***Envie textos, opiniões, fotografias, charges... Entre em contato pelo email ou nos telefones abaixo!***

DIRETORIA SINSEPES | 2014/2017

Presidente: Ralf Marcos Ehmke (CCSA); ***Vice-presidente:*** Luiz Donizete Mafra (DAC), ***Secretária geral:*** Laurete Maria Ebel Coletti (CCS), ***1ª Secretária:*** Marian Natalie Meisen (CCT), ***Tesoureiro:*** Nazareno Schmoeller (CCSA), ***1º Tesoureiro:*** Valcir de Amorim (DAF), ***Diretor de Cultura e Cuidados com a Saúde:*** João Luiz Gurgel Calvet da Silveira (CCS), ***Diretor de Imprensa e Comunicação:*** Carlos Alberto Silva da Silva (CCHC), ***Diretor de Assuntos Jurídicos:*** Morilo José Rigon Júnior (CCEN), ***Diretora de Formação e Relação Sindical:*** Nevoni Goretti Damo (CCS)

CONSELHO FISCAL
Efetivos: Edemar Valério Mafra (NRTV), Leandro Junkes (Biotério Central) e Jorge Gustavo Barbosa de Oliveira (CCHC)
Suplentes: Márcio C. de Souza Rastelli (CCS), Selézio Rodrigues (DAC) e Wanderley Renato Ortunio (Etevi)

Projeto gráfico: Ana Lucia Dal Pizzol

Tiragem: 2.000 cópias. ***Gráfica:*** Grafinorte S/A (Apucarana, PR) - (41) 3598.1113 ou (41) 9926.1113

Jornalista Responsável: Magali Moser - MTB/SC 02353 JP
Luiz Guilherme Antonello (estagiário de Jornalismo)

As matérias assinadas são de responsabilidade dos seus autores.

sinsepes

Contato

Expressão Universitária é uma publicação do Sinsepes (Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau)

Endereço: Campus I da Furb - Rua Antônio da Veiga, anexo à cantina central - Victor Konder - Blumenau - SC - CEP 89030-903

Telefone: 47 3321-0400 | 47 3340-1477

E-mail: sinsepes@sinsepes.org.br

Página: www.sinsepes.org.br

INTERNAS

SERVIDORES DA FURB TÊM REAJUSTE DE 4,62%

O Conselho Universitário (CONSUNI) da FURB aprovou o reajuste salarial de 4,62% aos servidores da Universidade. A reunião de deliberação ocorreu na tarde de 23 de março, na Sala A-108, Campus 1, na presença de vários servidores que acompanharam a reunião. O índice de reajuste proposto e aprovado pelo CONSUNI foi calculado mediante média dos índices de inflação (IPC- FIPE, IPC-M-FGV, ICV- DIEESE, INPC e IPCA - IBGE, IVGP - FURB) no período de março/2016 a fevereiro/2017 (conforme metodologia definida em 2011) o que resultou em um percentual de 4,62%. O CONSUNI aprovou a criação de uma comissão para estudar a possibilidade de pagar 1% referente às perdas históricas. Embora esta fosse uma proposta da primeira campanha do reitor João Natel, a reivindicação parece cada vez mais longe da realidade dos servidores. Nas próximas reuniões do CONSUNI serão discutidas propostas sobre férias coletivas - alternativas de calendário e a retirada do abono pecuniário previsto no artigo 29 da LC 746 proposta pela reitoria. A minuta de resolução de trata das política e regras novas para os auxílios educacionais também está em pauta.

CCHC PROMOVE SEMINÁRIO INTEGRADO DOS BOLSISTAS DE EXTENSÃO

O Centro de Ciências Humanas e da Comunicação (CCHC) da FURB promoveu pela primeira vez o Seminário Integrado dos Bolsistas de Extensão do CCHC. Ocorrido nos dias 28 e 29 de março, o evento teve o objetivo de apresentar os projetos de extensão do CCHC e promover a integração entre os bolsistas. As apresentações tiveram foco nos seguintes tópicos: objetivo da proposta, relevância teórico-prática da iniciativa, contribuições para a comunidade regional, metodologia empregada na atividade, cursos envolvidos e plano de trabalho dos bolsistas. O prof. Everton Darolt foi o responsável pela gestão do evento, que reuniu, entre debates, a apresentação de 14 projetos de extensão.

FEIJOADA DO SINSEPES NO DIA DO TRABALHADOR

Como faz tradicionalmente todos os anos, o SINSEPES promove dia 1º de maio uma feijoada em homenagem ao trabalhador para marcar a passagem do seu dia e lembrar as lutas e necessidade de união e mobilização da categoria. O encontro será na Associação dos Servidores da Prefeitura. Como nas últimas edições, cada servidor(a) filiado(a) terá direito a levar um acompanhante com acesso gratuito. Estão sendo preparadas ainda outras atrações para o público. Mais informações serão divulgadas em breve pela organização. Fique atento aos nossos canais de comunicação!

LUIZ ANTONELLO

SINSEPES ADERE AO PROTESTO NACIONAL CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Sindicatos de várias categorias fizeram ato em 15 de março no Centro de Blumenau e paralisaram atividades, em um protesto contra as reformas da Previdência e Trabalhista, do governo federal. O ato, que acompanhou mobilização nacional, abrange profissionais de diferentes categorias e foi organizado pelo Fórum dos Trabalhadores de Blumenau (FTB). Os manifestantes se concentraram por volta das 15h30min na praça do Teatro Carlos Gomes. Mais informações na página 4. Os sindicatos que aderiram ao movimento em Blumenau foram: o SEC - Sindicato dos Empregados do Comércio de Blumenau; SEEB - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Blumenau e Região; SINASEFE- Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica; SINDICRIP- Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Vidros e Cristais, Espelhos, Cerâmica de Louça e Porcelana, Papel e Papelão de Blumenau e Região; SINSEPES - Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau; SINTERC - Sindicato dos trabalhadores em Empresas de Refeições Coletivas de Santa Catarina; SINTEVI - Sindicato dos Trabalhadores Eletricitários do Vale do Itajaí; SINTRAFITE - Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Blumenau; e SINVAC - Sindicato dos Vigilantes Empregados em Empresas de Segurança Privada e Orgânica de Blumenau e Região.

NA FURB, UM CURSO TEM NOTA MÁXIMA NO ENADE

Secretariado Executivo é o único curso da Universidade Regional de Blumenau (FURB) a alcançar nota máxima (5) no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) de 2015, divulgado no último mês pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Na Universidade, 11 cursos foram avaliados, dentre eles, Ciências Econômicas, Ciências Contábeis, Tecnologia em Marketing e Tecnologia em Comércio Exterior alcançaram nota 4. Os cursos de Publicidade e Propaganda, Direito, Psicologia, Design, Turismo e Administração alcançaram nota 3. A FURB conseguiu nota 3 pelo Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), que é calculado por Instituição de Ensino Superior (IES).

O Conceito ENADE (CE) é um indicador de qualidade que mede o desempenho dos estudantes concluintes dos cursos de graduação no ano em questão. Foram 26 áreas de avaliação, 8.121 cursos, 447.056 participantes. O número de concluintes regulares inscritos no Enade 2015 foi de 549.847. Foram avaliados os bacharelados nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e áreas afins e os Eixos Tecnológicos em Gestão e Negócios, Apoio Escolar, Hospitalidade e Lazer, Produção Cultural e Design.

FURB RECEBE CONCEITO "MUITO BOM" PELO CEE/SC

A FURB antingiu nota 4 em avaliação feita pela Comissão de Avaliação Externa designada pelo Conselho Estadual de Educação (CEE/SC). A nota representa o conceito 'muito bom", superando a última avaliação recebia em 2010, quando foi avaliada como "suficiente".

Utilizando da escala do SINAES (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior), foram atribuídos conceitos de 1 a 5, aos indicadores de desempenho institucional de cada uma das 10 dimensões avaliadas, em cinco eixos, resultando em um conceito final para a Instituição. Os cinco eixos avaliados foram Plano e Avaliação Institucional, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Políticas de Gestão e Infraestrutura Física.

CIÊNCIA E SOCIOLOGIA: SUBSTANTIVOS FEMININOS

Os substantivos "ciência" e "sociologia", mesmo femininos, trazem em si muito pouco das mulheres. Como a mulher olha a ciência e a sociologia? Existe nesse olhar algo diferente do olhar do homem?

POR LUCIANA BUTZKE

Doutora em Sociologia Política (UFSC) e Professora do Departamento de Ciências Sociais da FURB <lbutzke@furb.br>

Antes de ser socióloga, nasci mulher. Desde muito cedo, tive referências femininas fortes: Marilda, minha mãe; minha vó, Donatilha; minha oma, Leonida; minhas irmãs Viviana e Susana; minhas tias mais próximas, Lizete e Dalila. Nenhuma foi ou é "bela recatada do lar", todas tiveram ou têm de lidar com o machismo que nos habita e que constitui a sociedade em que vivemos.

É fato que nossa sociedade não está dividida apenas em homens dominadores e mulheres dominadas. Há homens que dominam homens, mulheres que dominam mulheres e mulheres que dominam homens. Mas este fato não deve obscurecer o machismo ainda existente, no qual as diferenças continuam a ser de gênero/sexo, mas passam a ser também aquelas de classe social e étnico-raciais. A dominação e a exploração assumem formas cada vez mais complexas, mas o machismo continua presente de forma mais ou menos explícita.

Adentrando o espaço e o tempo da ciência e da sociologia, as referências femininas são escassas. Quantas cientistas e quantas sociólogas fazem parte dessa história? Por que não as conhecemos ou conhecemos tão pouco delas? Elas trouxeram alguma contribuição original? Ou nenhuma desenvolveu ideias e práticas representativas comparadas as dos homens? Onde estariam elas enquanto eles refletiam sobre os problemas sociais?

Os substantivos "ciência" e "sociologia", mesmo femininos, trazem em si muito pouco das mulheres. Como a mulher olha a ciência e a sociologia? Existe nesse olhar algo diferente do olhar do homem? Se a sociologia tem vários pais (Comte, Marx, Durkheim e Weber) por que ela não tem mãe?

Comte (1798-1857), considerado um dos pais da sociologia, foi antecedido por Harriet Martineau (1802-1876) em duas décadas. Ela escreveu Sociedade na América e Como observar moralidades e maneiras e insistiu que o estudo da sociedade deveria contemplar o entendimento da vida da mulher. Marianne Weber (1870-1954), esposa de Max, foi socióloga e ativista feminista, escrevendo sobre as mudanças da sociedade e a posição da mulher. Na Rússia, Alexandra Kollontai (1872-1952) foi uma importante intelectual bolchevique que lutou para que a situação da mulher fosse considerada. Ellen Key (1849-1926), teórica social sueca, advogou em favor da mulher e de sua igualdade, do direito ao voto e à educação infantil. Essas mulheres ou não aparecem ou tem pouco destaque nos manuais de sociologia!

No Brasil, a situação não é diferente! Só em 2004 foi instituído um grupo de trabalho interministerial para tratar da questão de gênero nas universidades. Em 2005 foi criado o Programa Mulher e Ciência, e um dos projetos foi o de escrever a história das mulheres brasileiras cientistas. No site do Projeto Pioneiras da ciência (http://cnpq.br/pioneiras-da-ciencia1/) mais de 70 cientistas brasileiras tiveram suas histórias contadas. Dessas, quatro são sociólogas: Virgínia Leone Bicudo (1910-2003), Maria Isaura Pereira de Queiroz (1918), Heleieth Saffioti (1934-2010) e Dulce Whitaker (1934). Se perguntarmos para professoras, professores e estudantes de ciências sociais talvez poucas/os as conheçam. E por que deveriam conhecer?

Me torno mulher e socióloga a cada dia. Como tal, posso olhar para o passado e não preciso aceita-lo como foi (Aí me valho dos ensinamentos de Walter Benjamin). Me incita reviver histórias não reconhecidas ou esquecidas! Me torno mais socióloga e mulher quando desconfio que só os homens tiveram algo a dizer. Não tenho a intenção de queimar os homens na fogueira, nem desprezar suas contribuições. Não se trata de substituir os homens pelas mulheres, mas de "inventar novas almas", como diria Aimé Cesaire.

Muitas e muitos falam que a sociedade mudou, que o machismo tem diminuído. Concordo em parte, mas acredito que temos grandes desafios pela frente. Na ciência e na sociologia precisamos recuperar o passado que não passou e continua presente no silêncio das mulheres. Contar a história das sociólogas do passado é ressignificar a nossa própria história!

Sou socióloga e me torno ser humana a cada dia. Como tal, posso olhar para o passado e não preciso aceita-lo como foi. Reviver e viver a história das mulheres que fizeram e fazem parte da minha vida: Marilda, Donatilha, Leonida, Viviana, Susana, Lizete e Dalila. Reviver e viver a história das mulheres que fizeram e fazem parte da sociologia. Todas (as mulheres da minha vida e as sociólogas) viveram e vivem o machismo e o enfrentaram de alguma forma, em suas cabeças, dentro da própria casa e nos espaços públicos. Que o esforço de "inventar outras almas" faça florescer as potencialidades de cada ser humano (homem ou mulher) e que, na superação do machismo, resida também a superação de todo e qualquer tipo de desigualdade.

SE A SOCIOLOGIA TEM VÁRIOS PAIS...

POR QUE ELA NÃO TEM MÃE?

NÃO À REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Centrais sindicais anunciam greve geral em 28 de abril como forma de pressionar o governo Temer contra as reformas que ferem direitos da classe trabalhadora

Presidente do SINSEPES, Ralf Ehmke, em discurso durante o ato contra a reforma da previdência, dia 15 de março, na praça em frente ao INSS, no Centro de Blumenau
FOTO: LUIZ ANTONELLO

POR MAGALI MOSER E LUIZ ANTONELLO **jornalista e estudante de Jornalismo da FURB respectivamente**

Centrais sindicais de todo o país articulam uma greve geral para o dia 28 de abril, uma sexta-feira, a fim de paralisar as atividades e pressionar o governo federal contra as reformas em andamento, da Previdência, Trabalhista e o projeto de Terceirização aprovado pela Câmara. Com o tema "Vamos parar o Brasil", a mobilização promete tensionar a situação política, social e econômica às vésperas do 1º de Maio e pretende influenciar nas propostas em discussão no Congresso, algumas com votação prevista para o próximo mês.

O Fórum dos Trabalhadores de Blumenau (FTB), que reúne sindicatos de diferentes categorias na cidade, entre eles o SINSEPES, organiza três atividades no mês de abril como forma de resistência. Além da Greve Geral em 28 de abril, com mobilização em todo o país, a agenda inclui ainda outras atividades. Também conta com Audiência Pública no dia 3, sobre a CPI da Previdência, na Assembleia Legislativa, em Florianópolis, às 9h. No dia 11, ocorre palestra sobre a Previdência, no auditório do Sindicato dos Têxteis, às 18h30min.

Entidades representantes de trabalhadores convocam sindicatos filiados a reunir suas bases a fim de paralisar atividades como reação às medidas adotadas pelo governo federal. A intenção é mostrar que a sociedade e os trabalhadores não aceitam as propostas de reforma que o governo pretende impor ao país.

Para os dirigentes, trata-se de "desmonte" da Previdência e de retirada de direitos garantidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Eles também criticam a aprovação do Projeto de Lei 4.302, de terceirização. A mobilização marcada para o dia 28 promete reunir forças sindicais normalmente em lados opostos. Especialistas chamam a atenção para os prejuízos sobretudo aos trabalhadores do campo e trabalhadoras.

Segundo a advogada trabalhista Mariana Salvatti Mescolotto, a premissa de divisão de trabalho deve ser discutida antes de se debater a reforma. "É uma medida bastante equivocada, que praticamente despreza a nossa história de desigualdade de gênero. Faz com que esta reforma não tenha nenhum debate com a sociedade e com a realidade brasileira, no que diz respeito à condição do trabalho da mulher", contou ao *Cidadania em Debate*, o programa do SINSEPES na FURB TV.

TRABALHADORES BLUMENAUENSES CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Munidos com faixas e cartazes, trabalhadores de diferentes categorias aderiram em Blumenau ao protesto nacional contra a reforma da previdência. Em todo o Brasil, milhares de pessoas paralisaram suas atividades em 15 de março, Dia Nacional de Greves, Protestos e Paralisações contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/16, da contrarreforma da Previdência. Os atos de rua também tiveram grande adesão. Além do combate à PEC 287/16, também estava na pauta dos manifestantes o rechaço à contrarreforma Trabalhista, Projeto de Lei (PL) 6787/16, e aos demais ataques que os governos federal, estaduais e municipais tentam desferir aos direitos dos trabalhadores. Mais de 125 cidades, incluindo mais de 20 capitais, registraram grandes manifestações e paralisações de trabalhadores.

Em Blumenau, a concentração ocorreu em frente à agência do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), ao lado do Teatro Carlos Gomes, no Centro. Reuniu trabalhadores de diferentes categorias. Antes disso, em 10 de março, um debate na FURB marcou a discussão com o tema *Os direitos das mulheres e os impactos com o desmote da Previdência Social.* O encontro teve na mediação a professora do curso de Serviço Social da FURB, Claudia Sombrio Fronza, e foi conduzido pela presidente da Central Única dos Trabalhadores de Santa Catarina (CUT/SC), Anna Julia Rodrigues e a advogada trabalhista Mariana Salvatti Mescolotto. Na mesa ainda estava presente a deputada estadual Ana Paula Lima (PT), responsável pela organização do evento.

> **"Nós estamos enfrentando um ataque aos direitos sociais. Há uma inconstitucionalidade visível do ponto de visita dessas alterações da gestão orçamentária, e isso tem um impacto significativo na vida das mulheres.**

A advogada trabalhista afirma que é uma reforma machista e retrógrada. "Nós estamos enfrentando um ataque aos direitos sociais. Há uma inconstitucionalidade visível do ponto de visita dessas alterações da gestão orçamentária, e isso tem um impacto significativo na vida das mulheres. Por quê? Quem é que vai deixar de trabalhar, se faltar saúde? Quem é que vai cuidar das pessoas doentes? Dos filhos deficientes? Quem é que vai deixar de trabalhar se faltar educação? Somos nós!", desabafa.

O *Expressão Universitária* conversou com lideranças sindicais de diferentes categorias em Blumenau a fim de registrar as reações à proposta em nível municipal. Na página seguinte, você terá acesso a essas opiniões, além de compreender mais detalhes acerca do tema. Confira! ->

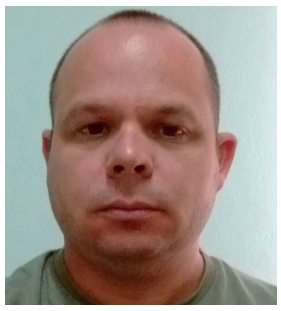
“NOSSA CATEGORIA ESTÁ MOBILIZADA E LUTARÁ CONTRA ESTA MEDIDA”

“Não concordamos com um projeto que, na prática, acaba com o direito de se aposentar. Como aceitar que nossos motoristas, por exemplo, que trabalham sob forte pressão, em função do trânsito e da responsabilidade de levar pessoas, tendo que trabalhar até os 65, 70 anos ou mais? Por outro lado, questionamos o pretenso rombo nas contas da previdência. Apoiamos uma auditoria séria nessas contas e jamais aceitaremos a retirada de direitos duramente conquistados pela luta dos trabalhadores. Nossa categoria está mobilizada e lutará contra esta medida.”

PRADELINO MOREIRA DA SILVA, presidente do Sindicato dos Empregados nas Empresas Permissionárias do Transporte Coletivo Urbano de Blumenau, Gaspar e Pomerode (Sindetranscol)

“A REFORMA PREVIDENCIÁRIA REPRESENTA O FIM DA PREVIDÊNCIA SOCIAL”

“A reforma previdenciária representa o fim da previdência Social e, somada, às demais reformas, produzirá um rápido descenso. A expectativa de aposentadoria será praticamente extinta devido às inexequíveis regras. Os impactos diretos estão relacionados à diminuição do valor dos benefícios ou ainda à sua extinção. Entretanto, mais graves serão os impactos indiretos. Estes produzirão uma onda de miséria que aumentará a criminalidade e reduzirá a expectativa e qualidade de vida. É importante que o povo reaja, haja vista que a Previdência Social é uma vigorosa expressão Constitucional, que garante o mínimo de dignidade ao cidadão.”



FELIPE R. K. BRAGA
Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Eletricitários do Vale do Itajaí (Sintevi)

“FAZ PARTE DE UM AMPLO ATAQUE DO GOVERNO CONTRA A OS TRABALHADORES”

Entendo que a proposta de reforma da previdência faz parte de um amplo ataque do governo federal contra os trabalhadores, que inclui a PEC 55 (que limita os gastos públicos em saúde e educação, aprovada em dezembro do ano passado), a terceirização irrestrita (aprovada no último mês) e a reforma trabalhista. Parte dessas medidas são heranças do governo anterior, encabeçado por Dilma Rousseff, embora Michel Temer esteja aplicando o pacote de austeridade de forma mais ampla e rápida. Embora o orçamento da União continue comprometido em aproximadamente metade com o pagamento da dívida, o governo federal prefere colocar a solução da crise na conta dos trabalhadores, privilegiando os interesses de empresários e banqueiros. Para derrotar esse programa de maldades, que também vem sendo aplicado por governos estaduais e municipais, como recentemente ocorreu em Florianópolis, nossa central sindical, a CSP-Conlutas, vem propondo desde o ano passado uma greve geral construída na base dos sindicatos”

MICHEL SILVA
Membro da direção do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - Sinasefe Litoral

SOBRE A REFORMA TRABALHISTA

A reforma trabalhista, que inclui a terceirização generalizada, a prevalência do negociado sobre o legislado, compromete de forma irremediável, conquistas históricas, mediante a flexibilização, redução ou eliminação de direitos.

A terceirização em muitos casos pode ser interpretada como “fraude ao regime de emprego”. Hoje ainda existem algumas travas e limitações para ela. Caso a reforma trabalhista ocorrera, toda a proteção legal que o trabalhador possui atualmente será anulada. O que vai acontecer?

- Reduções sistemáticas de salário
- Reduções de direitos ao gosto dos patrões, inclusive os que eram garantidos por lei, como 13º, férias, entre outros
- Aumento da jornada de trabalho para 12 horas ou mais
- Redução de intervalos para alimentação e repouso
- O fim da representação sindical dos trabalhadores.

Com a reforma o patrão ganha mais poder de barganha! Isso permitirá que ele force os trabalhadores a aceitar a redução de direitos. A reforma trabalhista, de maneira geral, significa o fim da CLT.

A própria Constituição Federal, perderá o sentido em diversos aspectos ao ser aprovada essa assombrosa proposta!!!

O projeto completo

As reformas, trabalhista e previdenciária, são parte de um projeto maior. Basta olharmos as demais reformas, a exemplo da educação e do teto dos gastos públicos para entendermos onde o governo quer chegar:

- Diminuição do custo da produção às custas dos trabalhadores
- Ingresso precipitado das pessoas no mercado de trabalho
- Eliminação do risco jurídico (Praticamente o fim das ações trabalhistas)
- Privatização generalizada do patrimônio público
- Migração do Regime Geral de Previdência para a Previdência Privada

Isso tudo para encher o bolso da elite brasileira:

- Banqueiros
- Ruralistas
- Latifundiários
- Grandes empresários

O governo tem a maioria absoluta no congresso, que é dominado pelos beneficiados por estas reformas. Enquanto o governo joga tudo isso na cabeça dos trabalhadores a “farra” dos incentivos fiscais continua: São dezenas de bilhões de reais repassados através de renúncias de impostos. Acrescente nesta cesta a benevolência com os devedores da Previdência, cujos valores somaram mais de R$ 350 milhões, em 2015. O governo perdoa dívidas e ainda os premia, com o seu dinheiro, através de incentivos fiscais!

O trabalhador é a solução, e não o problema! Entre nessa luta enquanto há tempo para impedirmos esse desastre!

“A REFORMA DA PREVIDÊNCIA NADA MAIS É DO QUE UMA BARBÁRIE”

“Mais uma vez a classe operária pagando a conta. Depois de anos de desvios de dinheiro público da previdência pública por parte dos políticos e governantes, agora querem que os trabalhadores paguem esta conta.

A reforma da previdência nada mais é que uma babárie com os mais pobres deste país, fazendo com que os menos favorecidos paguem uma conta que não foi feita pelos trabalhadores, e agora com um projeto de lei sem a mínima discussão com a sociedade, empurram de guela abaixo para a população.

A classe operária não pode deixar isto acontecer, portanto vamos nos mobilizar e pressionar este políticos para que não aprovem este projeto, que é o mais maléfico aos trabalhadores.

O parlamentar que votar a favor não vai mais voltar. Pois direito não se reduz, se amplia!

Diga não à reforma previdenciária!”

JODECIR SOUZA,
Presidente do Sindicato dos Vigilantes
de Blumenau (SINVAC)

“TEMOS ALERTADO: NÃO HÁ ROMBO NA PREVIDÊNCIA, MAS SUPERÁVIT”

“O Estado e empresários cada vez mais atacam os direitos dos trabalhadores, como nessa proposta de reforma, propondo que se trabalhe por praticamente 50 anos para se aposentar. O governo não estará preocupado com a saúde do trabalhador ao final da jornada, pois são metas, pressão diária, assédio, condição de trabalho precário. O trabalhador sofre há anos com reformas na previdência, como por exemplo o fator previdenciário, e agora querem novamente impor regras ainda mais rígidas. A categoria está a cada dia mais mostrando a insatisfação com a proposta, que só prejudicará o trabalhador. Temos alertado: não há rombo na previdência, mas sim superávit, por trás dessas manobras tem um capital interessado em lucrar em cima disso, por exemplo, com o crescimento nas previdências privadas”.

SERGIO SANDRI,
presidente do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Blumenau, Gaspar e Indaial (SINTRAFITE)

“A REFORMA DA PREVIDÊNCIA REPRESENTA O RETROCESSO DE CONQUISTAS”

“A Reforma da Previdência representa para a sociedade o retrocesso de conquistas, pois enquanto os países desenvolvidos reduzem o tempo de contribuição, o Congresso brasileiro, vai na contramão da história, amplia e engessa o mercado de trabalho, converge regras entre os segmentos: homens e mulheres; rurais e urbanos, professores, policiais e bombeiros, como se cada segmento não tivesse suas especificidades. A ampliação do tempo de contribuição, dificulta a entrada da juventude no mercado de trabalho e aumenta a pobreza. Pesquisas apontam que 86% dos idosos brasileiros recebem aposentadorias e pensões, se a previdência não existisse, esses idosos estariam em condições de extrema pobreza. Sem contar que a aposentadoria é um direito sagrado do cidadão/cidadã, em qualquer país civilizado do mundo. No Brasil, nasceu da luta dos trabalhadores, durante a Constituição de 1988. É um amparo no final da vida de quem já dedicou décadas ao trabalho. Portanto, somos contra a Reforma. Direito não se reduz; se amplia”.

SUELI ADRIANO,
presidente do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Blumenau (SINTRASEB)

“REFORMAS OU DEFORMAS TRABALHISTA E DA PREVIDÊNCIA?”

“Reformas ou deformas Trabalhista e da Previdência? Nas fábricas, no comércio, nos serviços públicos ou nos bancos, o sofrimento dos trabalhadores só aumenta. Quem ainda não foi demitido está trabalhando por três, a pressão aumentou e o adoecimento também. O que diminuiu foram os salários devido à alta rotatividade.

No meio dessa conjuntura adversa aos trabalhadores, o Governo apresenta propostas que chama de reformas trabalhista e sindical, alegando que elas irão melhorar a vida dos trabalhadores. Fiquem atentos! Eles mentem!

O que o Governo chama de reformas é a destruição dos direitos, que significa para os trabalhadores menores salários, precarização, adoecimento e mais desemprego, enquanto que para os bancos e para os poderosos, aumento dos lucros e riqueza”.

LEANDRO SPEZIA.
Presidente do Sindicato dos Bancários de Blumenau e Região (SEEB) e Fórum dos Trabalhadores de Blumenau

FOTOS: LUIZ ANTONELLO

SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Construída nos bastidores do poder, sem a participação dos trabalhadores, a reforma da Previdência está contida na Proposta de Emenda à Constituição – PEC 287/2016, enviada ao Congresso Nacional para votação em caráter de urgência. A mobilização da sociedade é a única forma de impedirmos que o povo seja novamente penalizado injustamente na história desse país. Além das consequências diretas que estão destacadas abaixo teremos diversos impactos indiretos, tais como, aumento da pobreza e da criminalidade, redução drástica da qualidade e da expectativa de vida.

As maldades da PEC 287:

· Idade mínima de 65 anos para a aposentadoria de homens e mulheres. Além de prejudicar a TODOS, aumenta a injustiça contra as mulheres.

· Tempo mínimo de contribuição será elevado em 10 anos

· Serão necessários 49 anos de contribuição para recebimento da aposentadoria integral, ou seja, para se aposentar aos 65 anos, o trabalhador deverá contribuir, sem interrupções, desde os 16 anos de idade.

· Fim da aposentadoria especial, inclusive para trabalhadores rurais.

· As pensões serão reduzidas a 50% do benefício, acrescidas de 10% para cada dependente. Caso a pensionista já receba outro benefício deverá optar entre eles, pois não poderão ser cumulativos.

· Para efeito de cálculo da aposentadoria serão utilizados todos os salários recebidos pelo trabalhador, inclusive os anteriores a 1994.

Qual é o argumento do Governo?

O governo alega suposto déficit da Previdência Social. O que já se sabe é que esse défcit não existe. O que existe é má gestão e desvio sistemático de recursos da Seguridade Social.

Os governos têm desviado soma expressiva de recursos da Seguridade Social para aplicar em outras áreas. Foram R$ 230 bilhões desviados de 2010 a 2014, por meio da chamada DRU – Desvinculação dos Recursos da União, para pagar juros da dívida pública, ou seja, juros a banqueiros.

Querem mais uma vez culpar o trabalhador por uma crise. Mas quem gera a crise?!

A ganância por lucro comprometerá milhões de vidas. Afetará gravemente, direta ou indiretamente, a TODOS, nos deixando sem perspectiva de aposentadoria

FOTO: PIXABAY

REFORMA TRABALHISTA: MAIS TERCEIRIZAÇÃO, MAIS EXPLORAÇÃO, MAIS PRECARIZAÇÃO

Temer chega a presidente para viabilizar estratégias que favoreçam o controle das riquezas naturais e da força de trabalho nacionais pelas grandes corporações

POR NELSON GARCIA SANTOS

Professor do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia/FURB, Mestre em Sociologia Política/UFSC e Doutorando no PPGDR/FURB <nelgarcia@furb.br>

Após receber míseros afagos do governo do PT aliado com o PMDB, PCdoB e outros partidos, os trabalhadores passam a viver com a traição e as porradas da burguesia nacional aliada ao capital internacional.

Temer chega a presidente para viabilizar estratégias que favoreçam o controle das riquezas naturais e da força de trabalho nacionais pelas grandes corporações. Ao refletir sobre este governo, que "traiu" a confiança do PT e de seus aliados, muitos temas vêm à tona. Por exemplo: por que acabar com o Ministério da Previdência e incorporá-lo ao Ministério da Fazenda? Poderíamos refletir sobre a entrega do Pré-Sal às grandes petrolíferas ou sobre a possível venda do Aquífero Guarani para a *Nestlé* e *Coca-Cola* ou outras entregas do nosso patrimônio que geram riquezas e que estão indo para as grandes corporações internacionais que alimentam o imperialismo, atualmente chamado de globalização.

Mas vamos centrar a atenção no que está por vir no mundo do trabalho com a reforma trabalhista deste governo golpista. Com ela a firma que não registra seus empregados terá sua multa minorada; o trabalho em regime de tempo parcial, cuja duração não podia exceder 25 horas, passa para 30 horas semanais. A convenção, ou acordo coletivo, só terá força de lei nos casos em que dispuser sobre parcelamento das férias anuais; pacto sobre o cumprimento da jornada de trabalho que, segundo a proposta, poderá chegar a 220 horas mensais; participação nos lucros e resultados de forma a incluir o seu parcelamento não inferior a duas parcelas e garantir o intervalo entre a jornada de trabalho de no mínimo 30 minutos. O trabalho temporário passa de 90 para 120 dias, podendo ser prorrogado uma vez, e os contratos de trabalho temporário passam a prevalecer em detrimento da carteira de trabalho. A empresa na qual se trabalha não será a responsável pelos encargos: tudo fica sob a responsabilidade da empresa terceirizada. Caso a empresa contratante não queira mais os serviços prestados, o trabalhador não saberá se está desempregado ou não. Até pode estar registrado em uma empresa de terceirização, entretanto, poderá ficar sem salário caso não seja alocado em outra empresa contratante e, nesta situação sua contribuição ao INSS poderá ficar sem ser efetivada e, em nada seu sindicato poderá contribuir, pois, estes estarão enfraquecidos.

A proposta revoga o parágrafo 4º do Artigo 59 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), possibilitando assim que o trabalhador temporário realize horas extras, e revoga o Artigo 130 que garantia ao trabalhador o direito a férias após cada período de 1 ano trabalhado. Revoga, também, as alíneas de "a" a "h" do Artigo 12 da Lei nº 6.019/74 onde diz que: "*Ficam assegurados ao trabalhador temporário os seguintes direitos: a) remuneração equivalente à percebida pelos empregados de mesma categoria da empresa tomadora ou cliente calculados à base horária, garantida, em qualquer hipótese, a percepção do salário mínimo regional; b) jornada de oito horas, remuneradas as horas extraordinárias não excedentes de duas, com acréscimo de 20%; c) férias proporcionais; d) repouso semanal remunerado; e) adicional por trabalho noturno; f) indenização por dispensa sem justa causa ou término normal do contrato, correspondente a um doze avos do pagamento recebido; g) seguro contra acidente do trabalho; h) proteção previdenciária nos termos do disposto na Lei Orgânica da Previdência Social, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5.890, de 8/06/73*". Valerão, agora, os termos do contrato.

As consequências são o aprofundamento da precarização do trabalho e o aumento da exploração. A proposta é clara, visa facilitar o lucro em detrimento do trabalhador/a. Este trabalhador/a do futuro próximo perderá o direito ao seguro contra acidente de trabalho, proteção previdenciária, indenização por dispensa sem justa causa, adicional por trabalho noturno, repouso semanal remunerado, férias proporcionais, jornada de oito horas. E dizem os possuidores das "faces de mogno": "É para beneficiar o mundo do trabalho". Pode haver maior hipocrisia para com os trabalhadores? Estão brincando com coisa séria! Estão propondo o fim das mínimas garantias que os trabalhadores têm, para assegurar o lucro e as alegrias dos patrões.

Sendo a tecnologia convencional poupadora de mão de obra teremos, em um futuro próximo, aumento do desemprego e, por conseguinte, mais trabalhadores disponíveis para vender sua força de trabalho. As grandes filas em busca de trabalho não estarão mais nas corporações, mas sim nas firmas de terceirização. Concurso público não se fará mais, pois, de professor a médico, de faxineiro a advogado, todos serão terceirizados. Engenheiro com carteira assinada por multinacional ou grande empreiteira será coisa do passado. Todos serão terceirizados. Se algum estudante de medicina ainda sonha em ser contratado por um hospital referência, infelizmente a proposta retira o recheio deste sonho e "sonho sem recheio é pesadelo". Por isso, o futuro de muitos trabalhadores, independentemente da área, será um grande pesadelo, onde a terceirização, exploração e a precarização estarão presentes. E isso graças à omissão dos que não estão na luta para barrar esta reforma trabalhista. Em um futuro muito próximo, se se permitir continuar a efetivação da proposta, chegaremos de volta a um passado onde os trabalhadores serão oferecidos no mercado de trabalho por empresas. Como na época da escravatura, os trabalhadores do futuro estarão sob o mando de instituições que oferecerão os melhores trabalhadores, os melhores serviços e as melhores competências pelo menor custo.

Por isso, não podemos mais apostar em uma ponte para o futuro que nos leva ao passado. Esta ponte do governo Temer só favorece uma pequena parte da população enquanto os trabalhadores ficam cada vez mais ameaçados. Por isso, cuidado! A hora agora é de parar e lutar pela manutenção dos nossos direitos. Não à reforma de Temer!

ASSÉDIO MORAL NO TRABALHO: CARACTERÍSTICAS E ENFRENTAMENTOS

O contexto do trabalho tem passado por transformações significativas nos últimos tempos, de modo que muitas vezes as pessoas se encontram em ambientes laborais em que não há muita estabilidade e que prevalece a competitividade e o individualismo.

POR CRISTIANE BUDDE

Psicóloga, mestre em Psicologia (UFSC), doutoranda em Psicologia (UFSC) e Professora substituta do curso de Psicologia da FURB <crisbudde@gmail.com>

O trabalho ocupa grande parte da vida da maioria das pessoas. É no local de trabalho que muitas pessoas passam a maior parte de seu dia, prática esta que se repete ao longo de vários anos. Contudo, o contexto do trabalho tem passado por transformações significativas nos últimos tempos, de modo que muitas vezes, as pessoas se encontram em ambientes laborais em que não há muita estabilidade e que prevalece a competitividade e o individualismo. Além disso, observa-se uma alta exigência por produtividade e multifuncionalidade. Nesse contexto, as relações interpessoais tendem a ficar prejudicadas, e, inclusive, podem surgir comportamentos hostis e egoístas entre os trabalhadores, que desejam manter o emprego a qualquer custo. Assim, podem ocorrer fenômenos de violência psicológica no trabalho, como o assédio moral.

O assédio moral no trabalho se caracteriza "por toda e qualquer conduta abusiva (gesto, palavra, comportamento, atitude...) que atente, por sua repetição ou sistematização, contra a dignidade ou a integridade psíquica ou física de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima do trabalho" (Hirigoyen, 2008, p. 65). Ele engloba diversos comportamentos hostis, como: criticar o trabalho da pessoa de forma injusta ou exagerada; não repassar informações úteis para a realização de tarefas; ignorar recomendações de ordem médica; isolar e recusar comunicação; ignorar a presença e opiniões do trabalhador; ridicularizar a pessoa; atribuir-lhe tarefas humilhantes; espalhar rumores a respeito do assediado; ameaçar a pessoa de violência física; fazer propostas ou gestos de agressão sexual; falar com o trabalhador aos gritos, entre outros.

O assédio, diferentemente do dano moral (que acontece uma vez), ocorre diversas vezes com a mesma pessoa, ou seja, o trabalhador é exposto repetidas vezes a situações humilhantes e/ou agressivas, o que pode trazer consequências bastante negativas para o assediado. Na literatura, os estudiosos citam cerca de seis meses de ocorrências, com frequência semanal. Contudo, devido à gravidade da situação, já se questiona esse período tão longo, tendo em vista as consequências que o assédio pode trazer, podendo, até mesmo, conduzir a pessoa em sofrimento ao suicídio.

Uma característica do assédio é que ele geralmente inicia com pouca intensidade, de modo que as pessoas tendem a percebê-lo como uma brincadeira. Porém, depois ele se propaga com mais força e o assediado passa a ser alvo de um grande número de humilhações e brincadeiras de mau gosto. Salienta-se, portanto, a dificuldade de uma pessoa que foi assediada no trabalho lidar com tal situação, pois o assédio pode ser difícil de ser observado e comprovado, caracterizando-se, muitas vezes, como uma violência invisível. Assim, impõe-se a dificuldade de lidar com um "inimigo invisível", que ao mesmo tempo em que assedia um sujeito, pode alegar ser apenas brincadeira ou uma impressão errada que o assediado teve, por exemplo.

Além disso, mesmo nos casos em que a violência psicológica é mais evidente, observa-se, como característica do assédio, o fato de que todo um grupo o pratica, seja por ação ou omissão (Ovejero Bernal, 2010). Em muitos casos, observa-se, portanto, que as pessoas que estão ao redor do assediado não agem, acabam se omitindo, talvez por medo de também se tornarem alvo de assédio. Desse modo, o assediado percebe-se sozinho e sem apoio.

Em minha pesquisa de mestrado, orientada pelo prof. Dr. Narbal Silva (UFSC), busquei identificar "como as pessoas enfrentam o assédio moral no trabalho". Por meio de entrevistas com trabalhadores que sofreram assédio moral por cerca de seis meses, foi possível perceber o sofrimento e a dificuldade de lidar com as situações de violência. Apesar disso, as pessoas procuravam maneiras de aliviar o estresse e o sofrimento, por exemplo, praticando exercícios físicos e buscando apoio na família e amigos. Além disso, tentavam se defender do assédio, procurando estratégias para cessar com as situações humilhantes e hostis. Assim, recorriam ao RH das organizações ou buscavam auxílio fora do ambiente de trabalho, como, por exemplo, com advogados, em sindicatos e em órgãos públicos que recebem denúncias de trabalho abusivo (como a Procuradoria Regional do Trabalho).

Salienta-se, portanto, a importância desses órgãos no sentido de esclarecer o que é o assédio moral e de saber orientar os trabalhadores sobre a quem recorrer nessas situações. Ademais, devem trabalhar no sentido de promover o combate e a prevenção das violências no ambiente de trabalho.

Combater o assédio moral de forma individual é muito difícil, ainda mais quando o assédio já está instalado como uma prática organizacional. Nesse sentido, vale ressaltar que o assédio moral ocorre em organizações que possuem estrutura, características e valores culturais específicos. Diz respeito a uma questão organizacional, de modo que perdura somente se os agressores tiverem a aprovação, o suporte, ou, ao menos, a permissão implícita dos gestores para realizarem práticas hostis/agressivas.

Assim, a falta de regras claras e de impedimentos a situações de violência no ambiente de trabalho, faz com que elas aconteçam e, por vezes, se repitam e se perpetuem na cultura organizacional (Freitas, Heloani, Barreto, 2008). Nesse sentido, destaca-se a importância dos gestores e da área de gestão de pessoas atuarem na organização, disseminando valores e uma cultura que preze pela qualidade de vida das pessoas, e impedindo que situações de violência ocorram e sejam recorrentes.

Na pesquisa que realizei no meu mestrado, observou-se que, apesar dessa relevância, muitas vezes as organizações não possuem um local apropriado para receber denúncias de violências contra o trabalhador, e este acaba procurando apoio fora da organização. A área de RH, ou de gestão de pessoas, tem apresentado uma conduta de omissão frente às situações de assédio moral. Nesse sentido, ressalta-se a importância da área de gestão de pessoas no que diz respeito à discussão do tema, ao investimento na formação de gestores, ao esclarecimento do assunto, ao recebimento de denúncias, à atuação como instância interditora do fenômeno e, também, ao combate dos casos identificados como assédio.

"O combate e a prevenção do assédio moral no trabalho não devem ser tarefa apenas da área de gestão de pessoas. Combater, coibir, prevenir e eliminar a violência no trabalho deve ser tarefa enfrentada por múltiplos atores

O combate e a prevenção do assédio moral no trabalho não devem ser tarefa apenas da área de gestão de pessoas. Combater, coibir, prevenir e eliminar a violência no trabalho deve ser tarefa enfrentada por múltiplos atores (Freitas, Heloani, Barreto, 2008). Assim, destaca-se a importância dos gestores nessa questão, pois eles têm grande responsabilidade na disseminação dos valores e da cultura organizacional e também tem papel relevante na interdição das violências no trabalho. Além disso, há de se envolver todos os trabalhadores no processo de combate e prevenção ao assédio, pois, tendo conhecimento sobre o tema, eles podem identificar o fenômeno e tomar as providências adequadas, impedindo que a violência se perpetue e não apenas se omitindo.

Referências

FREITAS, Maria Ester de; HELOANI, Roberto; Barreto, Margarida. Assédio moral no trabalho. 1. ed., 3. reimpr. São Paulo: Cengage Learning, 2008. 124 p.

HIRIGOYEN, Marie-France. Assédio Moral: a violência perversa do cotidiano. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

OVEJERO BERNAL, L, Anastasio. Psicologia do trabalho em um mundo globalizado: como enfrentar o assédio psicológico e o estresse no trabalho. Porto Alegre: Artmed, 2010. 239 p.

AO MESTRE COM CARINHO

Em 23 de setembro de 2016 fora publicado no Diário Oficial da União a Medida Provisória 746 que prevê sérias mudanças na forma e concepções no programa curricular do Ensino Médio nas escolas públicas brasileiras.

POR ANA ZULTANSKI

Professora da rede estadual de ensino de Santa Catarina, licenciada em Geografia, pós-graduanda em Metodologia em Ensino de História e Geografia e pós-graduanda em Mídias Digitais aplicadas à Educação <anacarlazul@gmail.com>

"Primeiro levaram os direitos dos ACTs, mas não me importei com isso, afinal, não sou ACT e é injusto ACT ter direito à triênio e aos mesmos direitos de horas trabalhadas que eu.

Depois levaram o professor da sala informatizada, mas não me importei com isso, afinal, não sou professora de informática.

Em seguida levaram meu aumento salarial, mas não me importei, afinal sou professora efetiva há muito tempo e eu tenho muita estabilidade e um salário melhor.

Depois levaram as disciplinas de Geografia, História, Sociologia, Artes, Educação Física e Filosofia, mas também não me importei com isso, não sou professora dessas áreas.

Agora estão levando a mim, todos os meus direitos, mas, como não me importei com ninguém, ninguém vai se importar comigo."

(Adaptado do poema Intertexto de Bertold Brecht)

Vivemos tempos sombrios na educação brasileira! E como professora da rede estadual de ensino de Santa Catarina, muitas coisas incomodam e deixam-me profundamente preocupada, com muito medo de nosso breve futuro.

Quando fui convidada a escrever esse texto sobre as recentes mudanças educacionais no país e em nosso estado, logo pensei que seria um grande desafio e que não teria condições de escrever, afinal quem irá ouvir uma "professorinha militante", com contrato temporário?

Não nos ouvem, não nos querem por perto, não nos respeitam e aceitam nosso silêncio com certo alívio.

No entanto, aceitar esse desafio, é me colocar em movimento, abrir um caminho para a denúncia e um grito de desabafo.

Sou educadora há 14 anos, como educadora popular em movimentos sociais do campo e da cidade, e há seis anos estou na rede estadual, tentando articular a luta para além dos sindicatos e entidades partidárias.

E sempre questiono nossos(as) colegas acerca de quem somos e por que somos educadores e educadoras?

Deparamo-nos com profissionais apaixonados, empolgados, lutadores, mas também vemos a maioria de nossos colegas desanimados, tristes, despreparados e sem esperanças de um processo educacional realmente de qualidade e libertador!

Vejo muitos colegas tentando comparar as experiências que "deram certo" em países como Finlândia, Islândia, Noruega, Japão, Coreia do Sul, e desconstruindo pouco que conquistamos nessas terras tupiniquins. Não gosto de tais comparações, pois somos diferentes e nossa luta por educação pública, de qualidade e gratuita é longa e árdua, com histórias de muitos confrontos de ideias, concepções e enfrentamentos.

"As mudanças apresentadas não foram discutidas com a comunidade escolar e têm caráter vertical, desconsiderando a realidade das escolas e as dificuldades apresentadas quanto ao quadro de professores, necessidades dos educandos e educandas, estruturas físicas, materiais didáticos e pedagógicos, bem como os orçamentos destinados às secretarias estaduais de educação

A tentativa de construir uma educação que contemple a realidade brasileira e sua diversidade começa a ser traçada, mais concretamente a partir da Constituição de 1988. Com a qual, conseguimos garantir muitos direitos, tais como: responsabilidade primeira do Estado em garantir educação de qualidade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Com princípios de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais. Valorização dos profissionais da educação escolar, garantida, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas, gestão democrática do ensino público. Garantia de padrão de qualidade, piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, progressiva universalização do ensino médio gratuito, atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um, oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando, atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas como de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo.

E foram conquistas tão frágeis, atropeladas pelas necessidades atrozes do capital internacional que, em um passe de mágica, solapou boa parte dessas conquistas.

Em 23 de setembro de 2016 fora publicado no Diário Oficial da União a Medida Provisória 746, que prevê sérias mudanças na forma e concepções no programa curricular do Ensino Médio nas escolas públicas brasileiras. As mudanças apresentadas não foram discutidas com a comunidade escolar e têm caráter vertical, desconsiderando a realidade das escolas e as dificuldades enfrentadas quanto ao quadro de professores, necessidades dos educandos e educandas, estruturas físicas, materiais didáticos e pedagógicos, bem como os orçamentos destinados às secretarias estaduais de educação.

Brevemente, gostaria de apresentar algumas das mudanças que terão um impacto drástico no Ensino Médio nacional:

A MP prevê uma carga horária de 1,4 mil horas a 1,8 mil horas obrigatórias, sendo que, cerca de 1,2 mil horas serão destinadas ao conteúdo obrigatório definido pela Base Nacional, ou seja, Matemática, Língua Portuguesa e Inglês como componentes obrigatórios contempladas nessa carga horária de 1,2 mil horas.

No restante da formação (de 200hs à 600hs), os educandos poderão escolher seguir cinco trajetórias: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas - modelo usado também na divisão das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e formação técnica e profissional.

Não há clareza sobre a obrigatoriedade do ensino de Artes e de Educação Física no ensino médio. As disciplinas serão obrigatórias apenas no ensino infantil e fundamental.

Segundo o Ministro da Educação, Artes e Educação Física, assim como conteúdos como Filosofia e Sociologia, poderão ser garantidos na Base Nacional Curricular Comum e poderão voltar a ser obrigatórios. Os componentes curriculares de História e Geografia (minha área de formação) não aparecem nos debates e nos últimos artigos publicados e declarações firmadas pelo Ministro, essas matérias seriam englobadas em oficinas ou entrariam nas matrizes curriculares de Sociologia ou Filosofia.

A MP abre a possibilidade de que os estados tenham mais "autonomia" nas decisões referentes a essa etapa da educação básica, bem como as unidades escolares. Um sistema de ensino poderá, por exemplo, definir um sistema de crédito, no qual um aluno cursa determinados períodos e, caso deixe a escola, possa retomar o curso de onde parou e não tenha, necessariamente, que cursar um ano inteiro. Também está previsto na MP que os créditos adquiridos pelos alunos nesse caso poderão ser aproveitados no ensino superior, após normatização do Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologação pelo MEC.

Ao entrar na universidade ou no ensino tecnológico, a trajetória escolar do educando será considerada e ele não precisará cursar matérias que envolvem conhecimentos e competências que já possui.

Não há prazo para que as redes de ensino se adequem às mudanças, mas o Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) trabalha com o cronograma do Plano Nacional de Educação (PNE), que deve ser implementado até 2024.

Entre as trajetórias que os estudantes poderão escolher está a formação técnica. Os alunos serão certificados e seus itinerários formativos permitirão a continuidade dos estudos. Essa oportunidade de formação vai ocorrer dentro do programa regular, sem a necessidade de o aluno estar cursando o período integral.

Sabemos que a Educação Básica Nacional está muito aquém das necessidades de qualificação intelectual e profissional em nosso país, mas da forma como está apresentada a nova proposta, um cenário muito inseguro e excludente se apresenta. Até o presente momento, nós professores da rede estadual de educação de SC não tivemos um processo de formação concreto sobre tais mudanças, e nem fomos consultados acerca de nossas necessidades para o Ensino Médio.

Começamos o ano letivo com mudanças das médias anuais, que passam de média equivalente a 7,0 para média 6,0. Não teremos mais Exames Finais, e teremos que estruturar nossos processos avaliativos em recuperações paralelas de notas e conteúdos de forma permanente no percurso formativo e letivo.

Com a aprovação da PEC das Terceirizações, abriu-se precedente para a cobrança de mensalidades em entidades educacionais publicas, bem como terceirização e quarteirização das atividades educacionais.

Até agora não foram apresentados dados, números, orçamentos referentes aos investimentos para essa reestruturação. Nem sequer fomos ouvidos sobre quaisquer mudanças que foram apresentadas. As informações são fragmentadas, distorcidas e muitas vezes, tenho a impressão que não há consenso e nem clareza nos escalões dos setores do Ministério da Educação, e nas Secretarias Estaduais sobre a Medida.

REPRODUÇÃO

No ensino técnico, os alunos poderão ser certificados a cada etapa que cumprirem, recebendo uma certificação das competências adquiridas até ali.

As aulas técnicas poderão ser ministradas por profissionais com notório saber - ou seja, sem formação acadêmica específica na área que leciona, reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino para ministrar conteúdos afins à sua formação.

Temos no ensino médio mais de 8 milhões de estudantes, número que inclui estudantes das escolas públicas e privadas, com índices de evasão escolar de 6,8%.

Diante de todas essas mudanças, fazem-se urgente diversos questionamentos:

- Se teremos Ensino Médio integral, quais os sistemas de financiamento para permanência desses jovens na escola, haja visto, que é nessa idade, pela necessidade econômica da maioria das famílias, os jovens já entram no mercado de trabalho, de forma informal? Em Blumenau e região essa prática é bastante comum nas famílias trabalhadoras.
- Se é para manter os jovens na escola, com ensino profissionalizante, como evitar o aumento da evasão escolar? Sabemos que a juventude da classe trabalhadora terá dificuldades em manter-se na escola em tempo integral.
- Será o fim do Ensino Médio noturno?
- As escolas terão suas estruturas físicas reformuladas para atender a demanda proposta pela MP 746?
- Como ficará a carreira dos professores efetivos das diversas áreas de conhecimento?
- Por que até agora não tivemos capacitação plausível para compreender as mudanças da MP 746?
- Como será avaliado o "notório saber"?
- Por que a rede privada de ensino não terá seu currículo alterado?
- A quem, ou quais grupos econômicos, servirá essa reestruturação do Ensino Médio?

E o mais assustador, é que mesmo depois de seis meses da aprovação da MP 746, a grande maioria dos profissionais da educação em SC estão amorfos, catatônicos, desorganizados e incrédulos. Amargamos anos sem uma grande greve da categoria, amargamos a falta de conquistas para a carreira, amargamos nosso egoísmo e falta de interesse sobre questões que dizem respeito à nossa própria vida.

A categoria que deveria ser a vanguarda, que é a formadora de opinião, que dialoga com centenas de crianças e jovens dia a dia é ,por vezes, a categoria que defende a Lei da Mordaça, que impede que as ideias plurais sejam discutidas de forma democrática em sala de aula, defendem o fim do Estatuto da Criança e Adolescente, defendem que jovens pobres e negros não estejam na escola porque a "escola não é para todo mundo!"

O monstro é grande e pisa forte sim, e o desanimo nos afeta, as indiferenças nos calam, mas não podemos esquecer da juventude que, Brasil afora, ocupou escolas por semanas contra a reformulação do Ensino Médio, dos professores e professoras do Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco que mantem-se firmes na luta apesar das adversidades.

Acredito que a juventude estudantil irá tomar a frente, acredito naquele professor ou professora sozinho que cultiva centelhas de organização em seus estudantes e seus colegas, acredito que as contradições irão se transformar em luta e organicidade!

O tempo é agora, e que a mesma roda da história que nos impõe todas as barbáries que vivemos no cotidiano escolas, seja a roda que traga em seu bojo a possibilidade da destruição dessas barbáries e que uma educação libertadora, publica, de qualidade e gratuita seja uma realidade concreta!

Então vamos arregaçar as mangas e vamos para a luta! O caminho é longo e temos muito o que fazer! #Firme!

CONTEXTO POLÍTICO NACIONAL: REAÇÃO E CONTRARREFORMAS

Precisamos ter consciência de que este contexto regressivo não está limitado às fronteiras do nosso país. Há um movimento regressivo em todo o mundo, em especial na América latina, Europa e Estados Unidos.

POR VALMOR SCHIOCHET

Doutor em Sociologia e professor da FURB <valmorschiochet@gmail.com>

Para a compreensão do contexto político atual, farei uma rápida leitura do processo histórico recente. Afinal, cada novo contexto é resultado dos momentos anteriores, o novo sempre brota do velho. Em termos gerais, podemos afirmar que o que está em questão neste momento é o contrato social estabelecido na Constituição em 1988. Uma Constituição que em breve completará 30 anos de existência e representa nosso mais recente e longo período democrático. Embora tenha sido contestada deste o seu surgimento, seja pelas suas insuficiências, segundo grupos à esquerda, seja pelos seus excessos, segundo a visão dos conservadores, neste momento está sendo objeto de emendas que lhe retiram o sentido substantivo e histórico que permitiu conceder-lhe a alcunha de *"Constituição Cidadã"*.

Na década de 1980, a sociedade brasileira estava dividida entre as forças democráticas que criaram nas lutas e movimentos instrumentos políticos novos de organização e participação política: os movimentos sociais no campo e na cidade, o novo movimento sindical, as organizações não governamentais e o Partido dos Trabalhadores, como uma espécie de desaguadouro institucional deste movimento popular nacional. De outro lado, os setores conservadores que carregavam o peso da deslegitimação da experiência burocrática-autoritária do regime militar instaurado nos anos 1960. As forças democráticas mobilizaram a sociedade em torno da democracia substantiva, isto é, a democracia política deveria garantir a cidadania real, com possibilidade efetiva de o povo ter acesso ao patrimônio natural e à riqueza produzida. A Constituição de 1988 assegurou possibilidades institucionais para ampla inserção social das maiorias excluídas.

Na década de 90, a Constituição foi amplamente emendada para possibilitar a implementação das políticas neoliberais de ajuste econômico e de privatização do Estado. Um contexto de revês de refluxo para o movimento democrático de base. O desemprego em massa, a precarização e a exclusão social foram as marcas de uma política nacional submetida diretamente às recomendações econômicas do Fundo Monetário Internacional (FMI).

O momento seguinte marca a síntese destes dois movimentos. A crise das políticas neoliberais produziu as condições para que as forças democráticas pudessem constituir uma maioria política. Uma maioria bastante relativa, considerando que os movimentos sociais e sindical já foram debilitados e não tinham mais a força de mobilização e organização dos anos 1980 e, de outro lado, as contradições internas dos conservadores permitiram que uma parte deles aceitasse pactuar com as forças de esquerda e setores empresariais nacionais foram beneficiados de uma política de desenvolvimento com forte inclusão social.

Um contexto político marcado pela coalisão envolvendo forças conservadoras e reacionárias e forças políticas progressistas e democráticas. Com base na constituição de 1988 e com a estrutura estatal que resistiu ao processo de privatização, em especial, Banco do Brasil, Caixa, Banco do Nordeste do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Petrobrás e outras estatais foram possíveis medidas estruturais para internalizar a dívida pública, ampliar investimentos e promover a inclusão de mais de 20 milhões no mercado de trabalho e retirar mais de 40 milhões da miséria. Uma síntese da Constituição Cidadã: desenvolvimento do mercado e inclusão social das massas.

Neste momento político, tal coalizão se desfez. Uma nova situação de disputa entre as forças políticas nacionais se torna visível. De um lado, isolamento e fragmentação das forças democráticas e de outro, reaglutinação das forças conservadoras e neoliberais que assumem a direção política na sociedade e impõem uma agenda "anticonstitucional" por meio de emendas constitucionais que alteram as bases substantivas da cidadania lá prevista. Mesmo que as emendas sejam apresentadas no discurso midiático como sendo "agenda de reformas" (orçamentária, previdenciária ou trabalhista) são em verdade contrarreformas regressivas.

Nisto, nada de novo em relação à alternância de ciclos políticos presentes na nossa história e na história de todos os demais países. Mas agora temos novidades quanto à forma e quanto aos atores que assumem visibilidade nesta conjuntura nacional. A eleição de um Congresso Nacional amplamente conservador nas últimas eleições, com as bancadas articuladas em interesses pouco republicanos (conhecido como "bala, boi, bíblia"), permitiu que a reação política assumisse a forma de um golpe institucional parlamentar com a anuência do Poder Judiciário. Situação que se fortalece com a articulação orgânica da grande mídia, setores do poder judiciário e corporações privilegiadas na estrutura do estado brasileiro. O aparente contexto democrático está permeado por situações de exceção com o uso de divulgação midiática de escutas telefônicas ilegais, condução coercitiva, incentivo à delação e ampla seletividade na condução de processos judiciais. Um contexto no qual as instituições não democráticas (que não passam pelo crivo eleitoral) existentes na estrutura do estado assumem um ativismo político determinante em favor da "contrarreforma".

Enfim, um contexto político nacional é de evidente regressão da política democrática e de perda de conquistas de direitos pelas maiorias da nossa sociedade. A questão que se coloca é se neste contexto encontramos elementos para sua reversão. Entendo que em parte sim. Já é possível a sociedade identificar contradições e conflitos que envolvem as forças dominantes. Nas ruas, os movimentos de defesa e legitimação desta ordem perdem força em contraposição aos movimentos em defesa dos direitos sociais e do trabalho. Nas instâncias corporativas os conflitos tornam-se públicos, como é o caso da das declarações que envolvem o Procurador Geral e o Ministro do Supremo. Aumenta a sensação de que as pessoas que foram manifestar sua indignação contra a corrupção foram "usadas" em favor de interesses. O esvaziamento das manifestações no último dia 26 de março deixou a Lava-Jato sem apoio das ruas . Por sua vez, a composição do governo federal majoritariamente comprometida com denúncias e delações torna insustentável sua permanência.

"Um contexto político nacional é de evidente regressão da política democrática e de perda de conquistas de direitos pelas maiorias da nossa sociedade. A questão que se coloca é se neste contexto encontramos elementos para sua reversão.

A solução razoável seria a antecipação das eleições presidenciais e do congresso nacional. Mas, novas eleições implicam em reforma política que não tem legitimidade se for aprovada pelo atual Congresso. Elementos centrais de uma reforma política ganham força, como é o caso do financiamento público e do voto em lista. É importante que a política possa ampliar sua autonomia frente ao poder econômico e interesses privados e oligárquicos. Mas o futuro será definido nas ruas, com a participação direta da sociedade para reestabelecer as bases cidadãs da moribunda constituição de 1988.

No entanto, precisamos ter consciência de que este contexto regressivo não está limitado às fronteiras do nosso país. Há um movimento regressivo em todo o mundo, em especial na América latina, Europa e Estados Unidos. Num contexto de profunda crise, temos oportunidade da esperança de um novo contrato social (incluindo necessariamente o meio ambiente) ou a regressão para a barbárie e o surgimento dos "monstros" históricos (Trump é exemplo disto). O tempo e a ação humana produzirão os novos contextos.

Karla Lúcia Bento
Assessora pedagógica da FURB e doutoranda no PPGDR

SOBRE COISAS DE MENINO E COISAS DE MENINA

Heróis, princesas, carrinhos, loucinhas, bola de futebol, lacinhos, babados, chuteiras. Ah! E as cores... até as cores! Quantas coisas do universo das crianças que já vêm com gênero definido? Coisa de menino e coisa de menina. Mais tarde coisas de homem e coisas de mulher. Natural ou socialmente construído? Quanto de culpa e medo produzimos em crianças que querem simplesmente aprender, descobrir, experimentar? Vamos continuar gerando adultos preconceituosos, cheios de estereótipos e normatizações estúpidas?

Nascemos com a potencialidade de aprender e ensinar. Acontece o tempo todo e vai ser assim ao longo da vida. Quando crianças, a curiosidade nos move para as mais incríveis descobertas. Crianças têm tantas perguntas! Já boa parte dos adultos parece que perdeu a capacidade de questionar. É tão mais fácil reproduzir...

Reproduzimos comportamentos e costumes. Sentimos segurança em repetir práticas que pareciam as únicas possíveis durante muito tempo. O problema da reprodução é quando estamos tão aderidos à norma que não percebemos que ela já não faz sentido para o contexto atual. A não ser para homogeneizar, padronizar e controlar o outro. Sair do padrão ou da norma gera instabilidade e pode ser ameaçador. Mas não precisa ser assim.

Um menino que se encante com sapatilhas de balé, lacinhos e babados ou uma menina que prefira chuteiras a bonecas não estão, necessariamente, determinando ou assumindo um padrão para o resto de suas vidas. Podem estar (e geralmente estão) simplesmente descobrindo o universo. E nenhuma criança precisa ou deve ter seu universo limitado por preconceitos. Mas como ampliar este universo, se as lojas, marcas e propagandas voltadas às crianças ainda estão divididas em brinquedos de menina e brinquedos de menino? Roupas de heróis e de princesas? Esportes e profissões radicais e brinquedos de "casinha"? Se até as cores têm gênero?

Além da mídia, outras instituições estabelecem padrões. As escolas e as universidades, por exemplo. Qual o papel da escola no processo de aprendizagem, de descoberta, de ampliação das experiências? E na educação superior, especialmente nos cursos de formação de professores/as? O que tem sido feito para discutir e questionar estes posicionamentos?

Será que, no âmbito acadêmico, universitário, onde se realizam pesquisas e se promove avanço científico, temos feito algo para mudar os estereótipos ou seguimos reproduzindo? O quanto olhamos para os cursos de graduação como se eles tivessem gênero instituído naturalmente? Quantos homens nos cursos de Pedagogia ou Nutrição? Quantas mulheres em Ciências da Computação ou Engenharia Mecânica? Não digo que não estejam presentes. Mas em que proporção e com quanta estranheza? Coisas de menina e coisas de menino crescem e viram lugar de homens e lugar de mulheres. Mesmo que você seja uma mulher ou um homem fora dos padrões ou tenha amigos e amigas que fogem aos estereótipos, vai concordar que são exceções e não regras. Nossa sociedade está longe da igualdade, seja de gênero, seja de classe, seja de etnia/raça.

No âmbito acadêmico penso que deva prevalecer a reflexão crítica, o fundamento científico, a análise social e histórica e não o preconceito – o preconceito, na verdade, não deveria existir em nenhuma esfera da sociedade, não é verdade? As instituições educacionais deveriam se constituir em tempos e espaços para meninos e meninas vivenciarem, experimentarem diferentes papeis sociais por meio da brincadeira, do faz de conta, do lúdico. Na educação básica – da educação infantil ao ensino médio – as experiências com os conhecimentos históricos, científicos, culturais construídos pela humanidade deveriam ser percebidas como construções factíveis de renovação pela ação de homens e mulheres.

Esse processo educacional deveria continuar na educação superior quando as pessoas escolheriam por desejo a sua formação profissional. Mas parece que ainda prevalece a lógica da naturalização: determinadas carreiras para mulheres e outras para homens. É fato que temos avanços. Mas estamos longe da igualdade. Tanto estamos longe que estranhamos muito a família em que a mulher trabalha e o homem fica em casa cuidando dos filhos, mas o contrário parece normal. A reprodução dos espaços, lugares, experiências de meninos e meninas reflete no tipo de sociedade que temos e nos papeis que cada um acaba assumindo como se fossem naturais.

O ser humano criou muitas coisas no mundo ao longo da história. As coisas criadas foram adaptadas a cada época e contexto e não seguem a mesma regra e padrão em todas as sociedades. Saias, túnicas, brincos, perucas povoam ou povoaram tanto o universo feminino quanto o masculino. São simplesmente coisas do mundo. Coisas que não têm gênero a priori. Tudo é construção social, de contexto. E sendo construção, pode ser desconstruído.

Meninos não choram. Meninas não lutam. Meninos não podem ser sensíveis e meninas não devem ser corajosas. A questão é: tem que ser assim? E se os meninos não fossem criados com o peso de serem os mais fortes, corajosos, competitivos, heróis que salvam o dia, sustentam e protegem a família? E se as meninas não fossem criadas para serem *belas, recatadas e do lar*? Ou ainda, se meninos não fossem criados para se tornarem homens que podem sair por aí usando sua força e masculinidade para subjugar mulheres? Se meninas não fossem criadas com o estereótipo do corpo perfeito e objetivado?

PIXABAY

As questões de gênero precisam ser debatidas em várias instâncias sociais e, impreterivelmente, na educação básica e na educação superior. Muito porque uma sociedade igualitária não se constrói com base em preconceitos e desconstruir preconceitos é também função da educação. Muito também porque as meninas e os meninos precisam ser educados em processos de aprendizagens e experiências de vida que não estejam divididos por classificações sexistas. E estas experiências de aprendizagem consciente deveriam ter um lugar privilegiado no espaço escolar.

Já é tempo de transgredir regras criadas com base em preconceitos, de democratizar cores, saberes, sentires, fazeres para que ser, estar e conviver no mundo seja acolhedor tanto para meninos, quanto para meninas. É tempo também de questionar como nós, homens e mulheres adultos, professores e professoras da educação básica e/ou do ensino superior, estudantes dos cursos de graduação, nos posicionamos? Impulsionamos a transgressão/transformação ou reforçamos estereótipos e fortalecemos preconceitos? Estamos abertos a olhar e ouvir os meninos e as meninas ou estamos cheios de regras preconceituosas, preocupados em reproduzir o padrão? Quanto de cada cor cabe no nosso cotidiano?

CURTAS

CONCURSO NOVOS TALENTOS DA LITERATURA

As inscrições para o concurso Novos Talentos da Literatura "José Endoença Martins" 2016/2017 podem ser realizadas até o dia 30 de junho, de forma gratuita. Promovido pelo departamento de Letras da FURB, são cinco categorias: Romance, Conto, Poema/Poesia, Infanto-Juvenil e História em Quadrinhos. A iniciativa conta com a parceria do Núcleo de Estudos Linguísticos (NEL) e do Centro Acadêmico dos Estudantes de Letras. As obras deverão ser inéditas, ou seja, textos não publicados, parcialmente ou em sua totalidade, em antologias, coletâneas, suplementos literários, jornais, revistas, sites, blogs e qualquer outro meio de publicação. Para mais informações sobre a inscrição, acesse o edital pelo goo.gl/b9Asa7 José Endoença Martins é professor universitário, com dois doutorados: Estudos Literários (UFSC, 2002) e Estudos da Tradução (UFSC, 2013). Leciona literatura e teoria literária. Como pesquisador, desenvolve estudos sobre a literatura afro-descendente. Como escritor, publicou duas dezenas de obras, entre poemas, ensaios, contos teatro, romances. Foi professor da FURB.

DIA INTERNACIONAL DE COMBATE AO RACISMO RELEMBRA MASSACRE

A passagem pelo Dia Internacional de Combate ao Racismo é marcada por várias ações de coletivos ao redor do mundo. A data, anualmente ocorrida em 21 de março, serve para relembrar o Masacre de Shaperville, em Johanesburgo, África do Sul. O ataque, cometido pelo exército, deixou 69 pessoas mortas, e outras 186 feridas, em 1960.

Na data, 20 mil negros protestavam pacificamente contra a Lei do Passe, que os obrigava a portar cartões de identificação, ditando os lugares aonde era permitida a sua transição na cidade. A manifestação se deparou com tropas do exército, que abriram fogo contra a multidão. Em 1966, a Organizações das Nações Unidas (ONU) instituiu a data em memória ao massacre.

Dados do Anuário de Segurança Pública de 2016 apontam que a cada nove minutos uma pessoa morre vítima de arma de fogo no país. Ainda de acordo com o levantamento, destes, 54% são jovens, entre 15 e 24 anos, e 73% são negros e pardos. A juventude negra é a maior vítima da violência no Brasil.

Números divulgados pelo Mapa da Violência 2016 mostram também que a vitimização da população negra no país que, em 2003, era de 71,7% (morrem, proporcionalmente, mais negros que brancos), pula para 158,9%, em 2014. Enquanto, no mesmo período, a taxa de homicídio da população branca caiu de 14,5%, em 2003, para 10,6%, em 2014. Ou seja, morrem 2,6 vezes mais negros que brancos vitimados por arma de fogo. O mesmo acontece com a taxa de homicídios de mulheres, o percentual de mortes de mulheres negras e pardas cresceu 19,5%, enquanto a taxa de homicídios contra mulheres brancas caiu 11,9%.

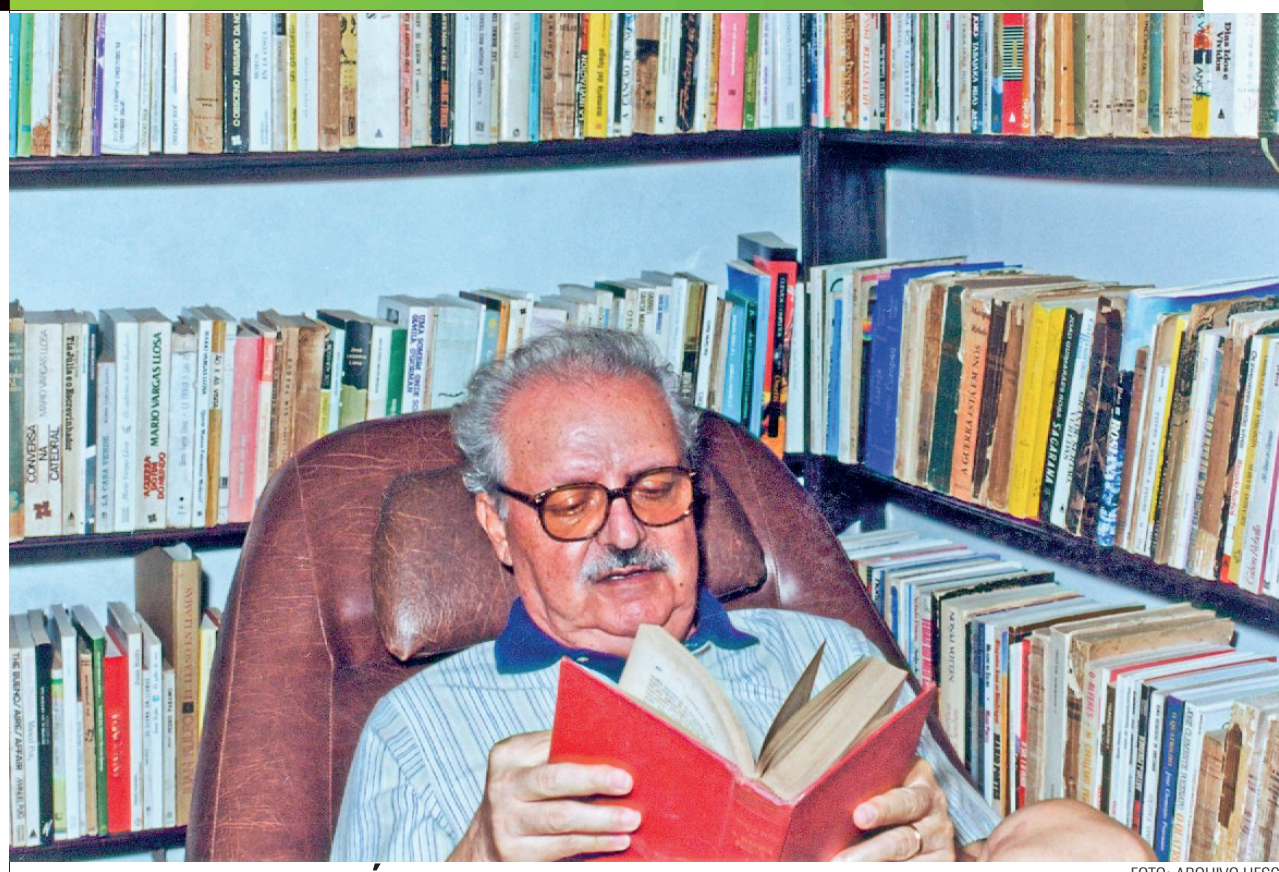


FOTO: ARQUIVO UFSC

CONCURSO LITERÁRIO SALIM MIGUEL PRORROGA INSCRIÇÕES ATÉ 20 DE MAIO

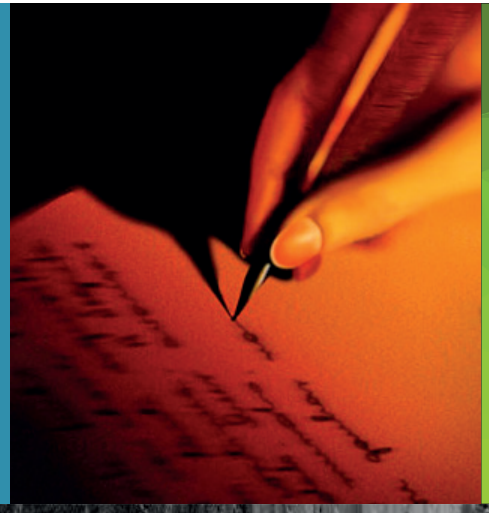
O II Concurso Salim Miguel prorroga as inscrições até o dia 20 de maio. O concurso literário, promovido pela Editora da UFSC (Edufsc), vai premiar uma obra de ficção inédita na categoria romance, redigida em língua portuguesa, de escritores catarinenses ou residentes no estado há pelo menos cinco anos. As inscrições serão realizadas na Secretaria da Direção Executiva da Editora da UFSC, no horário comercial, das 7h30min às 13h30min. Serão aceitas inscrições por correio, considerando a data de postagem. Para mais informações, acesso ao edital em http://editora.ufsc.br/. A avaliação das obras será feita pela Comissão Julgadora, composta por três membros do Conselho Editorial da Editora da UFSC e por consultores ad hoc indicados e aprovados pelo mesmo Conselho. O resultado será divulgado na internet em novembro de 2017. Como prêmio, o romance será publicado pela Editora da UFSC em 2018. O concurso Salim Miguel homenageia o jornalista e escritor, que faleceu em abril de 2016. Salim Miguel produziu romances, contos e crônicas e recebeu, entre outros, o prêmio Machado de Assis pelo conjunto de sua obra. Foi ainda o segundo diretor da Editora da UFSC, de 1983 a 1991, responsável por consolidá-la no mercado editorial nacional.

LEIA MULHERES DIVULGA AGENDA PARA 2017

A agenda de encontros do *Leia Mulheres*, divulgada no último mês, define as atividades para 2017. Em 30 de abril, domingo, o grupo se reúne no Brazuka's Hostel Bar, na (Rua Sorocaba, 137 - Centro), às 16h para discutir o livro Sejamos todos feministas, da escritora Chimamanda Adichie. Ação de uma autora britânica chamada Joanna Walsh, em 2014, no Twitter com a #readwomen2014 (#leiamulheres2014), o Leia Mulheres tem como objetivo criar grupos de leitura dedicados a promoção do mercado editorial das mulheres. A hashtag se espalhou pelo mundo, e no Brasil o projeto foi primeiramente colocado em prática em São Paulo (SP). Atualmente, 26 cidades brasileiras confirmaram adesão a essas atividades. Em Blumenau, os encontros ocorrem desde agosto do ano passado, com a iniciativa de Manoella Back, Fernanda Becker e Hannah Theis. Para informações, sugestões, e discussão, acesse ao grupo www.facebook.com/groups/leiamulheresblumenau/ Para 2017, o calendário de encontros inclui: 28 de maio, com o livro Holocausto Brasileiro, de Daniela Arbex; 25 de junho, com O Diário de Anne Frank, de Anne Frank; 30 de julho, com Uma Biografia, de Rita Lee; 27 de agosto, com O Sol é Para Todos, de Harper Lee; 24 de setembro, com As Sessões: minha vida como terapeuta do sexo, de Cheryl T. Cohen Greene; 29 de outubro, com Reze pelas mulheres roubadas, de Jennifer Clement; 26 de novembro, com A Mulher Desiludida, de Simone de Beauvoir; e 17 de novembro, Perto do Coração Selvagem, de Clarice Lispector.

INSCRIÇÕES PARA O 30 FITUB ESTÃO ABERTAS

As inscrições para a 30º edição do Festival Internacional de Teatro Universitário de Blumenau (FITUB) estão abertas e vão até o dia 14 de abril. Para se inscrever, acesse o site www.furb.br/fitub Podem se inscrever grupos de teatro vinculados a escolas e instituições de ensino reconhecidas pelo Ministério da Educação (MEC). Grupos de outros países também podem participar, a regra é a mesma, a instituição precisa ser reconhecida por alguma entidade. Neste ano, o festival está sob a direção de Fábio Hostert, e as peças inscritas poderão ser inéditas, publicadas ou já apresentadas em outros festivais. O 30º FITUB ocorre de 6 a 13 de julho. Para mais informações, festivalteatro@furb.br e pelo (47) 3321-0575.



INSPIRAÇÃO

DOS HOMENS QUE SENTEM FRIO

CRÉDITO: PIXABAY

POR MARCELO LABES

Poeta e escritor

o homem que sente frio
não sai na rua à toa não
desperdiça sorrisos não
se destapa do ninho
que habita por qualquer
alvoroço.

o homem que sente frio
procura aquecimento no trago
no fogo no lado a lado procura
desesperado por esquecimento
que não seja lembrado domingo
enquanto o frio lhe corrói cada
osso.

porque o homem sente frio
e não sente mais nada saudade
atraso boleto faculdade amor
próprio ou a outrem direcionado
sente frio e o frio lhe abraça
agarrando-se em seu pescoço
magro.

sente frio e o frio é sua cidade
o frio é a única verdade a que está
condenado não chamem juízes
dispensem os advogados o frio
é a lei a ordem o veredicto o frio
é a exata medida da injustiça e do
agravo.

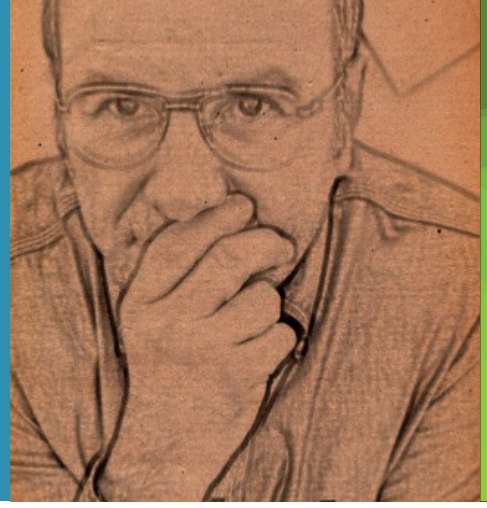
o frio atravessa a pele percebamos
o frio faz doer até mesmo a cicatriz
ocorrida depois daquele acidente
de bicicleta já lá se vão tantos
anos que talvez não valha a pena
lembrar.

o frio é memória e é fato misturam-se
estas pontas de novelo emaranhado
e o homem que sente frio talvez seja
lembrado em chamadas de tv e rádio
campanha do agasalho da diocese e
dos escoteiros.

roupa alguma cura o frio do homem que
sente frio roupa alguma ou agasalho ou
cobertor de penas de orelha caldo de
gengibre e alho porque o frio não pode
ser diminuído arde de dentro pra fora e não
o contrário.

o homem que sente frio será encontrado morto
em alguma manhã de inverno em algum fim de
tarde de outono e será enterrado indigente
sem preces ou louros e talvez apenas um epitáfio
em letra humilde e tremida deem conta de trazer justiça
ao finado.

Marcos Antônio Mattedi
Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP)
Professor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional



LADO B

IGC FURB 2015

Dia 8 de março o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) do Ministério da Educação (MEC) divulgou o Índice Geral de Curso (IGC). No IGC a FURB atingiu a Conceito 3, totalizando 2.5903 pontos. Ficou atrás da UFSC, como era de se esperar, claro, mas também da UNICESUMAR, IBES, UNIP, IFcatarinense, FAC, SOCIESC, SENAC, SENAI, UNISUL e UNC! O IGC refere-se aos dados relativos ao período de 2015. Em média, universidades apresentaram melhores resultados que centros universitários e faculdades. Portanto, se o rendimento da FURB está abaixo de centros universitários e faculdades é preciso saber o que está acontecendo.

“ A repercussão da divulgação na imprensa transformou o IGC numa poderosa ferramenta de marketing no ensino superior. Apesar dos efeitos da divulgação do IGC sobre a imagem da FURB a comunidade furbiana em geral e a administração superior em particular permaneceram alheios

Para o pleno entendimento do significado do IGC para a FURB é preciso evitar a simplificação gerada pela divulgação da posição em um ranking. É que o IGC estabelece uma equivalência indevida entre avaliação da qualidade e formação da opinião pública. Os dados divulgados pelo INEP indicam que 4% das IES obtiveram Conceito 1; 4%, Conceito 2; 67%, Conceito 3; 16,6%, Conceito 4 e 1,1% Conceito 5. Para a FURB estes dados suportam duas formas de interpretação: a) Copo meio cheio: a FURB ficou na média. Ou seja, juntamente com 67% de um total de 2.109 instituições; b) Copo meio vazio: a FURB custa muito. A qualidade não justifica o preço.

O resultado do IGC 2015 é intrigante. Hipótese 1: a FURB prioriza a pós-graduação (como a pós-graduação é subvalorizada no IGC, a média da FURB cai) Contrafactualidade 1: como explicar o rendimento da UFSC? Hipótese 2: o perfil do aluno da FURB (o ensino pago tende a atrair um aluno com menor tempo para estudo) Contrafactualidade 2: como explicar o rendimento da UNICESUMAR? Hipótese 3: a graduação da FURB não é boa (os cursos da FURB não são de boa qualidade) Contrafactulidade 3: como explicar o rendimento dos cursos de Sistema de Informação e Secretariado Executivo Bilíngue Nota 5? Para responder estas questões é preciso entender a composição do IGC.

O IGC faz parte da cesta de indicadores construídos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) do MEC. O SINAES considera aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente. O SINAES efetua três modalidades de avaliação: 1) Desempenho dos estudantes: a) nota do estudante no ENADE; b) Conceito ENADE para cursos; 2) Cursos de graduação: a) Conceito de Curso (CC); b) Conceito Preliminar de Curso (CPC); 3) Avaliação institucional: a) Conceito Institucional (CI); b) Relatório de Autoavaliação (RA); c) Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC).

Portanto, o IGC constitui um instrumento de monitoramento da educação superior. Classifica os cursos de graduação e as Instituições de Ensino Superior (IES) numa escala de 1 a 5. Baseia-se na média ponderada de três indicadores: a) Conceito ENADE; b) Conceito Preliminar de Curso (CPC); c) Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC). Em 2015, foram avaliados os bacharelados nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e áreas afins e os Eixos Tecnológicos em Gestão e Negócios, Apoio Escolar, Hospitalidade e Lazer, Produção Cultural e Design. O IGC está disponível para consulta no portal do INEP e no sistema E-MEC, e deve ser consultado.

Ainda que a formulação do IGC seja complexa, deve ser tratada com atenção para entender a avaliação da FURB. Entre estes três indicadores o que exercem maior influência na média é o CPC. O CPC é composto por sete índices com a seguinte ponderação: a) ENADE: 40%; b) Índice de Diferença de Desempenho (IDD): 30%; c) Instalações e infraestrutura: 3%; d) Recursos didáticos: 8%; e) Percentual de doutores: 12%; f) Percentual de professores com tempo integral: 7%. Ou seja, atualmente o IGC valoriza o desempenho dos alunos no ENADE e suas respostas em relação as questões do questionário sócio-econômico.

Isto significa que metodologicamente o mecanismo de cálculo do IGC pode produzir vieses. Por exemplo, os cursos com mais alunos acabam sempre tendo um impacto maior sobre a base de cálculo do ENADE e, consequentemente, sobre o IGC. Além disto, uma IES de médio ou grande porte pode se tornar dependente do desempenho de dois ou três cursos de graduação. Se pegássemos somente os cursos de Secretariado Executivo Bilíngue e Sistema de Informação a FURB estaria no Quartil Superior da curva do sino entre os 1.1%; já se pegássemos Farmácia, Engenharia de Produção, Química, estaria no Quartil Inferior junto com os 4%.

Como todo indicador também o IGC é muito questionável. Por exemplo, a assimetria de interesses entre instituições e estudantes. Mais precisamente, a distorção gerada pelo peso atribuído ao ENADE. Como o MEC não coloca a nota no diploma, muitos estudantes fazem a prova sem compromisso ou até mesmo boicotam. O ENADE constitui uma componente curricular da graduação, mas a nota não é relevante para o aluno. Os estudantes não percebem que se a instituição é mal avaliada isto pode acabar prejudicando sua trajetória profissional. Isto tende a puxar a nota da instituição para baixo.

O IGC mistura censo da educação superior com informações sobre o desempenho dos alunos. Por isto precisamos separar avaliação da qualidade acadêmica de truque estatístico de normalização dos dados. Isto significa que não basta fazer os dados assumirem uma curva normal em forma de sino, para que 60% dos dados fiquem na posição média e as pontas com o que sobra. Toda a comparação precisa ser equilibrada e ponderada. Os resultados do IGC têm o efeito de homogeneizar IES muito diversas. Por isto, não se pode equivaler avaliação com indicador, afinal, enquanto a avalição implica um julgamento, indicadores são apenas parâmetros descritivos.

Porém, a postura da FURB não pode se reduzir a questionar a objetividade e a transparência dos indicadores. As falhas do IGC são muitas, mas os problemas internos da FURB são ainda maiores: a) o descontinuíssimo: em sete anos cinco pró-reitores de ensino, sendo o último de um curso com a pior nota, e a falta de uma política explícita de valorização da graduação; c) o elitismo: a priorização das atividades de pós-graduação e professores que não gostam de dar aula para graduação; e) o pedagogismo: a tendência a pedagogizar todo debate sobre a graduação na FURB. Ou seja, apesar dos problemas do IGC, a FURB tem responsabilidade na baixa nota de corte.

O IGC revela algumas coisas importantes sobre a FURB. Os dados do IGC refletem as prioridades institucionais. Por um lado, mostra que na FURB a qualidade da graduação não está ligada a qualidade da pós-graduação; por outro, indica que as atividades de graduação são muito heterogêneas. Neste sentido, o desafio parece ser aprender com as experiência bem sucedidas dos cursos Conceito 5 e priorizar as atividades fim (sala de aula) em detrimento das atividades meio (burocracia). O IGC ensina que a imagem que temos de nós mesmos não é muito consistente. E que é preciso mais humildade e dedicação.

A repercussão da divulgação na imprensa transformou o IGC numa poderosa ferramenta de marketing no ensino superior. Apesar dos efeitos da divulgação do IGC sobre a imagem da FURB a comunidade furbiana em geral e a administração superior em particular permaneceram alheios. A FURB deve uma explicação à sociedade da região do Vale do Itajaí. Para isto precisa: a) entender o que está acontecendo (estudar os dados); b) traçar uma estratégia de ação (motivação e preparação). O compromisso é de todos, mas a responsabilidade politica é da administração superior. A principal ameaça para FURB é a indiferença: a média não é suficiente.